



ACÓRDÃO Nº89/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10931/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Leonildo Barbosa Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2490/2021-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Leonildo Barbosa Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, no curso do exercício 2019, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual n.º 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Leonildo Barbosa Nascimento**, no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), nos termos do art. 308, I, "a", da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em razão do atraso na remessa dos balancetes mensais dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, o que resultou no descumprimento do art. 15 e do art. 20, inciso II, da Lei Complementar n.º 06/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000 e Resolução TCE n.º 13/2015, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo



ACÓRDÃO Nº89/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá que:

- 10.3.1.** seja ampliado o quadro de servidores, visto que o controle interno é exercido apenas por um servidor comissionado, vinculado ao Presidente da Câmara;
- 10.3.2.** que nas portarias que autorizam as concessões de Diárias, constem sempre a assinatura do Presidente da Câmara Municipal, em atendimento ao Princípio da Formalidade do Processo Administrativo;
- 10.3.3.** sejam observados com mais rigor os ditames da Lei de Licitações e Contratos, notadamente quanto à publicação de cartas convites e à rubrica dos envelopes dos participantes do certame e à enumeração das folhas dos processos licitatórios;
- 10.3.4.** nos próximos exercícios evite o atraso no envio dos balancetes mensais ao Tribunal de Contas do Estado, cumprindo assim o disposto no art. 15 c/c o art. 20, inciso II, da Lei Complementar n.º 06/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000 e Resolução TCE n.º 13/2015.

10.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Fevereiro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº89/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (convocado)..

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral